



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000600-28.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Thiago Fernandes Cesar**
 Requerido: **Município de São Carlos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação proposta por Thiago Fernandes Cesar, contra o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, objetivando a condenação do requerido ao pagamento de indenização por danos morais e estéticos.

Como fundamento de sua pretensão sustenta, em síntese, que é proprietário do veículo HONDA CG 150 TITAN ES, placa: DVZ -3956 e, no dia 28 de julho de 2016, trafegava com pela via pública, na rua Bernardino Fernandes Nunes, nesta cidade de São Carlos/SP, tendo sido surpreendido por um buraco, não conseguindo dele desviar e acabando por nele cair, vindo a sofrer fratura no punho esquerdo.

Assevera que, em decorrência do acidente, foi submetido a cirurgias, realizou tratamentos médicos e fisioterápicos e teve que ficar afastado, temporariamente, de suas atividades laborais. Por fim, postula a procedência do pedido, para que o réu seja condenado ao pagamento de indenização a título de danos morais e estéticos, bem como em honorários advocatícios.

A inicial foi instruída com os documentos de fls. 19/50.

Houve concessão dos benefícios da gratuidade da justiça por intermédio da decisão de fls. 51.

Citado, o Município apresentou contestação às fls.59/82. Sustenta que a hipótese seria de responsabilidade subjetiva, não restando comprovado nexo causal. Aduz, ainda, que a parte autora não trouxe nenhuma comprovação de danos sofridos e impugna os valores pleiteados. Pugnou pela compensação do DPVAT concedido à parte autora em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

relação a eventuais danos que forem objeto de condenação.

Juntou documentos fls. 84/101.

Apresentou réplica, o autor, às fls. 107/116, contrariando as alegações apresentada pelo réu e reiterando as alegações contidas na inicial.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

Trata-se de demanda visando à indenização por danos morais e estéticos em decorrência de acidente de trânsito sofrido pelo autor, que seria decorrente de omissão por parte do réu, na conservação da via pública.

O pedido merece acolhimento, havendo que se fazer ajuste somente quanto ao valor pleiteado a título de indenização.

A responsabilidade civil do Estado baseia-se na teoria do risco administrativo e no art. 37, da Constituição Federal, segundo o qual as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Assim, para obter a indenização basta que a vítima demonstre a ação ou omissão do estatal, o dano e o nexo causal entre este e o fato lesivo.

Se o dano decorrer de uma omissão estatal, a responsabilidade do Estado torna-se subjetiva, havendo necessidade de se perquirir a existência de culpa, pois somente a omissão do dever legal de impedir a ocorrência do dano tem o condão de ensejar a sua responsabilização. A culpa decorre do descumprimento do dever legal atribuído ao Poder Público de impedir a ocorrência do dano

Nesse sentido é o ensinamento de Celso Antônio Bandeira de Mello: "[...] *quando o dano foi possível em decorrência de uma omissão do Estado (o serviço não funcionou, funcionou tardia ou ineficientemente) é de aplicar-se a teoria da responsabilidade subjetiva. Com efeito, se o Estado não agiu, não pode, logicamente, ser*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ele o autor do dano. E, se não foi o autor, só cabe responsabilizá-lo caso esteja obrigado a impedir o dano. Isto é: só faz sentido responsabilizá-lo se descumpriu dever legal que lhe impunha obstar ao evento lesivo".

No caso em comento, a responsabilidade deve ser aferida pela identificação do elemento culpa, pois se imputa ao réu omissão na manutenção da via pública.

É incontroversa a existência do buraco na via, bem como a ocorrência do acidente e, conforme evidencia a foto (fl. 39), o buraco tinha razoável profundidade e a sua existência não estava sinalizada, tratando-se de local escuro.

Além disso, conforme se observa do vídeo, em CD-ROOM, depositado em cartório (fls. 18/19), o autor trafegava com a sua motocicleta, em velocidade compatível, tendo sido surpreendido por um buraco, que a desgovernou, levando-o ao solo. O Boletim de Ocorrência (fls. 20/21), bem como os documentos médicos constantes dos autos também reforçam o quanto narrado na inicial.

Assim, caracterizada está a culpa, em vista da omissão da Município quanto à manutenção e à sinalização do local, por negligência, que gerou danos à integridade física do autor, pois é sabido que compete ao Município o dever, dentre outros, de garantir a normal trafegabilidade de suas vias, mantendo-as alinhadas ao uso dos motoristas, oferecendo a segurança necessária para evitar acidentes de qualquer ordem.

Patente, ainda, a ocorrência de danos moral e estético, pois as fotos (fls. 38/46) demonstram os ferimentos gerados pelo acidente e os documentos médicos de fls. 24/31 atestam que o autor teve que realizar procedimento cirúrgico, sessões de fitoterapia (fl. 36) e ficou com incapacidade temporária para realização de suas atividades laborais (fl. 34), o que certamente lhe gerou dores, angústia e sofrimento psicológico, diante da incerteza quanto à recuperação da mobilidade da mão.

Em casos análogos, o Egrégio Tribunal de Justiça decidiu no mesmo sentido:

"APELAÇÃO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – Queda decorrente de buraco existente em pavimento asfáltico – Responsabilidade subjetiva do Poder Público competente – 'Faute du service' – Comprovação do dano, nexos causal e culpa da Administração Pública – Inocorrência de culpa da vítima, nem exclusiva, nem concorrente


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

– Dever de indenizar – Dano material comprovado – Indenização fixada com proporcionalidade, que deve ser mantida – Honorários advocatícios mantidos – Observação quanto aos juros de mora e correção monetária – Sentença de procedência mantida – Recurso desprovido". (Apelação nº 0005367-04.2012.8.26.0319, Relator(a): Moreira de Carvalho; Comarca: Lençóis Paulista; Órgão julgador: 3ª Câmara Extraordinária de Direito Público; Data do julgamento: 13/06/2016; Data de registro: 06/07/2016).

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE PROVOCADO POR CABO DE TELEFONIA SOLTO. QUEDA DE MOTOCICLETA. LESÃO CORPORAL. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO MANTIDO. RECURSO DA RÉ NÃO PROVIDO. 1. A r. sentença julgou parcialmente procedente a pretensão inicial, para condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais (R\$ 5.000,00) ao autor, em razão de acidente envolvendo fio de telefonia. 2. O conjunto probatório produzido nos autos é suficiente para demonstrar que o autor sofreu queda de sua moto, em razão de fio de telefonia solto, e do acidente resultaram lesões corporais. Legitimidade passiva da ré. 3. A falha dos serviços da ré restou configurada. Responsabilidade objetiva da concessionária de serviço público. 4. Danos morais configurados (ofensa à integridade física do autor) e passíveis de indenização. 5. O valor da indenização fixado a título de danos morais deve ser mantido. Considerando-se as peculiaridades do caso concreto, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e ausência de recurso do autor, a indenização de R\$ 5.000,00 é suficiente para compensar o prejuízo suportado pelo lesado, sem implicar seu enriquecimento imotivado, além de atuar como fator sancionatório para a ré. 6. Recurso da ré não provido". (Apelação nº 0005341-08.2012.8.26.0286, Relator(a): Alexandre Lazzarini; Comarca: Itu; Órgão julgador: 9ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 05/04/2016; Data de registro: 06/04/2016).

Uma vez caracterizados os danos moral e estético, resta fixar a indenização correlata. Assim, tendo-se como parâmetros a extensão dos danos, as condições econômicas das partes, a intensidade da culpa e o caráter sancionador dessa indenização, arbitro os danos morais em R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Quanto à compensação com o DPVAT, embora o C. STJ tenha entendimento sumulado (**Súmula 246 do STJ**), no sentido de que: “*O valor do seguro*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada.”, essa dedução não é devida quando os danos à ordem psicológica, pois estes não estão cobertos pelo DPVAT (EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.365.540 - DF (2013/0006411-5 - RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI).

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e PROCEDENTE pedido, para o fim de condenar o Município a pagar ao autor o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a título de danos morais e estéticos, com correção monetária a partir desta data, a teor do que prescreve a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça e juros moratórios, a partir do evento danoso (28/07/16), conforme Súmula 54 do C. STJ.

A correção monetária, deverá se dar de acordo com o IPCA-E, e juros de mora nos termos da caderneta de poupança, conforme se decidiu no julgamento do RE 870.947, relativo ao Tema 810, d.j. 20.09.2017. Não há necessidade de se aguardar o trânsito em julgado da tese fixada pelo E. STF, no RE 870947, à qual se deve observância imediata, conforme sinalizado pelo próprio E. STF (cf. Rcl nº 3.632 AgR/AM, rel. Min. Eros Grau; ARE nº 930.647 Agr/PR, rel. Min. Roberto Barroso; RE nº 781214 AgR/Sp e 612.375 AgR/DF, ambos rel. Min. Dias Toffoli). Apenas se faz a observação de que, caso haja modulação pelo STF, em sede de cumprimento de sentença, deve ser observado no cálculo o que ficar decidido, por se tratar de matéria de ordem pública.

Diante da sucumbência, condeno o Município, a arcar com os honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

P.I

São Carlos, 13 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**